

**O ACIONAMENTO DA MEMÓRIA NO JORNALISMO DE CULTURA:
UMA ANÁLISE DO “NEXO JORNAL”**

**THE TRIGGERING OF MEMORY IN CULTURAL JOURNALISM:
AN ANALYSIS OF “NEXO JORNAL”**

Anna Cavalcanti¹

Resumo

Neste artigo, propomos que o caráter processual referente à produção e à fruição relativa ao jornalismo cultural aponta para uma temporalidade distinta da comumente acionada sob a lógica acelerada do jornalismo factual. Partindo disso, este trabalho se propõe a analisar de que forma a memória é acionada na editoria de Cultura do Nexo Jornal tendo como referência o tríptico presente de Agostinho (2017) retomado na teoria ricoeuriana. Assim, foi realizada uma Análise de Conteúdo, quantitativa e qualitativa, a qual mapeou ao todo 50 publicações ao longo do mês de julho de 2018. Percebeu-se que, mesmo inserido em um veículo nativo digital, o jornalismo cultural ressalta o anacronismo a partir da presentificação dos fatos passados.

Palavras-chave: Memória. Temporalidades. Jornalismo Cultural.

Abstract

In this article, we propose that the processual character regarding production and enjoyment relative to cultural journalism points to a distinct temporality from that commonly triggered under the accelerated logic of factual journalism. Based on this, this work aims to analyze how memory is triggered in the Nexo Jornal, using the triple present of Augustine (2017) as a reference in the Ricoeurian theory. A Content Analysis, quantitative and qualitative, was carried out, which mapped 50 publications throughout the month of July, 2018. It was noticed that, even inserted in a digital native vehicle, the cultural journalism emphasizes the anachronism from the presentification of the past facts.

Keywords: Memory. Temporalities. Cultural Journalism.

1. Introdução

Na prática em jornalismo, em grande parte das reflexões teóricas e na percepção do senso comum, a noção de tempo não aparece como um aspecto problemático do discurso jornalístico, ainda que sempre invocada, nos cursos de formação superior, como central ao entendimento de noções basais como a de notícia. Antes de tudo, a etimologia da palavra que mais evocaremos neste trabalho tem em seu radical a ligação fundante com o tempo: “jour”

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS), annacavalcanti@gmail.com.

deriva do latim, “diurnum”, um substantivo formado pelo adjetivo “diurnus”, diário, que se baseava no substantivo “dies”, ou dia. Assim, o “jour”, ou dia, foi a primeira unidade do tempo com a qual o jornalismo ensajou trabalhar, ainda que, atualmente, o minuto e o segundo sejam as unidades de preferência e de referência ao longo desse processo de transformações temporais.

A dimensão temporal é parte intrínseca na definição do principal produto jornalístico, a notícia, contudo, acreditamos que o entendimento simplista de notícia como o relato de eventos recentes não corresponde a uma temporalidade que abarca o todo da produção jornalística. Portanto, conforme apontam alguns pesquisadores com os quais trabalharemos neste artigo, pouca atenção vem sendo dada ao papel do tempo e da memória na construção das narrativas jornalísticas (Barnhurst, 2011; Zelizer, 2014), especialmente no que diz respeito a uma temporalidade distinta da que é massivamente representada, relativa a um presente inesgotável.

Central porém pouco problematizado, o tempo é invocado com recorrência a partir do “direto” da TV, do rádio e do tempo real na internet, mas pouco complexificado em outras formas de mediação. Ainda que exista uma percepção temporal que prevalece, entendemos que nem todo o material produzido pelo jornalismo corresponde a uma superficialidade temporal noticiosa a qual, muitas vezes, relaciona-se com o ideal de objetividade. A ideia de tempo, então, ao reiteradamente justificar as condições atuais de organização da produção jornalística, carece ganhar novas dimensões teóricas e metodológicas.

É preciso, portanto, de partida situar essa possibilidade de pensar a informação a partir de uma temporalidade distinta da que é massivamente abordada na teoria e na prática. Para isso, Tétu (2000) nos lembra que a experiência do tempo e sua representação constituem duas realidades muito distintas. Vivemos no cotidiano diversas situações em que as ideias de sucessão, repetição e ordem se multiplicam ao infinito para articular cada existência pessoal e permitir a vida social. Contudo, conceber esses processos como temporais supõe a construção de um sistema que estrutura a experiência em representação – a qual se dá sumamente a partir de uma dimensão cronológica. Essas sobreposições e contradições temporais, as quais propomos perceber a partir do referencial do jornalismo cultural, são o ensejo de representar novas possibilidades de percepção do tempo e da memória jornalísticos para além da previamente construída.

Assim como a cultura, o jornalismo cultural traz consigo o papel fundamental de mediação. Intérprete do bom gosto, crítico voraz apto a silenciar ou dar voz a quem elege, sua função está além de selecionar e traduzir: propõe desestabilizar, questionar, trazer o foco a novas percepções e processos relativos à cultura contemporânea, em *diálogo constante com o passado*. Envolto por uma crença em sua competência especializada, esse campo detém um capital simbólico estratégico que confere à prática o ideal de uma suposta objetividade construída e reforçada por efeitos de verdade (Tuchman, 1993). Dessa forma, o jornalismo cultural detém o poder de identificar, interpretar e hierarquizar a partir de uma visão seletiva e crítica do mundo que o rodeia.

Partindo dessas premissas, o objetivo deste artigo é responder de que forma o jornalismo cultural, a partir de uma da editoria de cultura do Nexo Jornal, aciona a memória. Sugerimos como forma de análise uma leitura interpretativa partindo de conceitos sugeridos por Dalmonte (2009) a partir de Agostinho (2017), baseados no triplo presente: o presente dos fatos passados, o presente dos fatos presentes e o presente dos fatos futuros – os quais constituem-se base da narrativa jornalística. Dessa forma, queremos identificar também quais os regimes de temporalidade acionados pelo jornalismo cultural dando ênfase à distância entre o tempo em que um evento ocorre e esse mesmo evento é noticiado.

2. A temporalidade do jornalismo: qual presente acionamos?

Nas ações midiáticas, a passagem do tempo é igualmente um obstáculo que objetiva ser superado cotidianamente. No encaixe do imediato, da aceleração e da urgência – preceitos para um referencial de atualidade –, a sociedade midiaticizada busca comprimir o tempo até o limite e acaba por recusar a condição temporal da existência. Essa compreensão do tempo equivale a fazer com que a sequência temporal desapareça, pois tudo deve buscar o ideal da instantaneidade.

No tempo cronológico, os fatos da consciência se alinham em justaposição ao meio homogêneo, formando a sucessividade de momentos contados. Esse sentido de atualidade colado à noção de imediatismo comprime o passado, expande o futuro e apreende o presente, como observa Ricoeur (2010), como forma de perceber o sincrônico. Para o autor, a qualificação do tempo irá se relacionar diretamente ao modo narrativo, da mesma forma em que será pela narrativa que o tempo pode ser vivido e apropriado:

O mundo exposto por toda obra narrativa é sempre um mundo temporal. Ou, como repetiremos várias vezes no curso desta obra: o tempo se torna tempo humano na medida em que está articulado de maneira narrativa; em contraposição, a narrativa é significativa na medida em que desenha as características da experiência temporal (Ricoeur, 2010, p.9).

Se, dessa maneira, tomarmos o tempo como a realidade narrativa que atravessa o ser humano, conseguiremos entendê-lo sob dimensões que vão além das cronológicas, capazes de criar experiências de mundo particulares. Assim, o modo narrativo, para o autor, pressupõe a instauração de um tempo próprio consolidado a partir da percepção humana, a *distentio animi* – a distensão da alma, que seria uma extensão do tempo.

Nessa tradição, cujos grandes precursores se encontram na Antiguidade tardia de matiz cristão, Santo Agostinho é, para Ricoeur (2010), sua expressão e seu iniciador. A força de Santo Agostinho consiste em ter relacionado a análise da memória à do tempo nos livros X e XI das *Confissões*, os quais são longamente analisados por Ricoeur ao longo da obra *Tempo e Narrativa*. Dessa forma, esse sentido de distensão surge como uma dialética da expectativa, da memória e da atenção, consideradas em interação, em um dos mais importantes parágrafos das *Confissões* de Agostinho (2017, p. 333)

Preparo-me para cantar um canto que conheço. Antes de começar, minha expectativa se estende (tenditur) para o conjunto desse canto; mas, assim que começo, à medida que os elementos retirados de minha expectativa tornam-se passado, minha memória se estende (tenditur) para eles por sua vez; e as forças vivas de minha atividade (actionis) são distendidas (distenditur), para a memória por causa do que já disse e para a expectativa por causa do que vou dizer. No entanto, minha atenção (attentio) está presente; e é por ela que transita (traicitur) o que era futuro para se tornar passado. Quanto mais essa ação avança e avança (agitur et agitur), mais se abrevia a expectativa e se alonga a memória, até que a expectativa inteira se consuma, quando a ação inteira acabou e passou para a memória.

Segundo Ricoeur (2010, p. 37), esse parágrafo marca o ponto de articulação da teoria da *distentio* com a do triplo presente, descrita pela famosa formulação: “Há três tempos: o presente do passado, o presente do presente, o presente do futuro”. Percebe-se, aqui, um sentido de passividade que acompanha toda a formulação sendo expressa por três verbos: o espírito *espera, está atento e se lembra*. A distensão, assim, consiste no contraste dessas três tensões, vinculando-se a um sentido de passividade da impressão – algo que provoca um contraste instantâneo com a ideia previamente descrita de presentismo, por exemplo, a qual aponta para um presente que não cessa de se atualizar. Para Ricoeur (2010, p. 50), “a *distentio animi* não designa mais apenas a ‘solução’ das aporias da medida do tempo; exprime doravante a esgarçada da alma privada da estabilidade do eterno presente”.

Conforme afirma o autor (2010, p. 22), “narração [...] implica memória, e previsão implica expectativa”. A narrativa, assim, tem como base a memória, pela necessidade de

recuperar os fatos já ocorridos, e a previsão é relativa à capacidade de antecipar o que virá. Dessa forma, seguindo o viés narrativo e de espessura temporal, para que a conversão do acontecimento à notícia ocorra, entende-se que o repórter deve conhecer a situação social e política na qual o evento se produz, numa busca pela origem e pelo devir, identificando circunstâncias, durações, atores sociais etc.. Para que essa construção ocorra, a notícia baseia-se nas chamadas estruturas de inteligibilidade da narrativa (Ricoeur, 2010), ou seja, aquelas que permitem que se compreenda o fato como referenciável.

De acordo com Garcin-Marrou (1996), essa referencialidade está intimamente ligada à história e à memória. A autora menciona Ricoeur (2010) quando refere-se ao tecer da intriga aristotélica, visto que esse agenciamento dos fatos só será possível a partir de um conhecimento íntimo do evento ocorrido. Para Garcin-Marrou (1996, p.49), o acontecimento

se inscreve, inicialmente, como parte de uma memória social, política e histórica: ele desempenha um papel na compreensão da realidade e, portanto, na compreensão e na designação do próprio acontecimento. Ele não surge do nada histórico; ele se articula com um passado que tem uma carga de significações e que conforma sua percepção atual².

Sendo assim, entendemos o acontecimento não como apenas um ‘surgimento’ que irrompe no presente, mas conforme uma composição textual que engendra o tempo do evento produzindo um sentido de atualidade que articula as dimensões de passado, presente e futuro. É sob essa perspectiva que a mimese³ II, a configuração, ganha operacionalidade, pois permite reunir os fatos, que, num primeiro olhar, podem parecer isolados, mas ganham unicidade narrativa. Segundo a autora, então, para que um fato possa transigir de acontecimento à informação, o repórter deve procurar ter algum domínio do contexto, pois a condição simples de saber o que se passou não lhe dá sustentação para desenvolver a tessitura da intriga. A atualidade não seria, então, uma qualidade inerente aos acontecimentos e,

² “L'événement est, d'abord, à comprendre comme s'inscrivant sur une mémoire sociale, politique et historique: celle-ci joue un rôle dans la compréhension de l'actualité et, partant, dans la compréhension et la désignation de l'événement lui-même. Celui-ci ne surgit pas d'un néant historique ; il s'articule à un passé qui a une charge de significations et qui informe sa perception actuelle”.

³ Essa segunda mimese, também chamada de configuração, por ter uma posição intermediária, desempenha uma função de mediação (Ricoeur, 2010), a qual é determinante entre a primeira mimese, a pré-figuração e a refiguração (terceira mimese). A mimese I refere-se à idéia de que a composição da intriga está antecipadamente presente, juntamente ao sujeito falante, numa pré-compreensão do que é o agir humano: sua semântica, sua simbólica, sua temporalidade (Ricoeur, 2010, p.112). A mimese III refere-se ao mundo do leitor e às diferentes interpretações postas em marcha no processo de leitura e apropriação. “O ato de leitura é o operador que une mimeses III a mimesis II, é o último vetor da refiguração do mundo da ação sob o signo da intriga [...] diria que mimese III marca a intersecção entre o mundo do texto e o mundo do ouvinte ou do leitor” (Ricoeur, 2010, p.132).

portanto, à informação jornalística. Seu aspecto mais aparente, o presente do acontecimento para o qual o relato noticioso aponta, não é a única dimensão temporal da informação.

Se entendemos que a narrativa permite uma inteligibilidade da experiência social a partir de uma mise en intrigue (configuração), a noção de acontecimento deve também estar delineada em um sentido de construção. Ao compor eventos, motivos, atores, todo um quadro social, a narrativa produz um relato que representa o acontecimento jornalístico em uma determinada configuração temporal que agencia ação e interpretação. Dessa forma, “a descrição de um acontecimento não se fecha no tempo da sua emergência. Outras perspectivas atravessam-no como linhas de fuga abertas sobre o passado ou o futuro” (Arquembourg, 1996, p.32).

As reflexões de Santo Agostinho (2017), retomadas por Ricoeur (2010), são precisas sobre esse agenciamento temporal que se centra no triplo presente, de acordo com o que situamos: o presente dos fatos passados, o presente dos fatos presentes e o presente dos fatos futuros. O presente dos fatos passados refere-se à concepção contextual e histórica, a qual, em amplo sentido, deve ser revisitada, pois agrega sentido aos fatos ao rerepresentá-los e reinvesti-los de significado. Ao narrar, o jornalista, como condição de compreensão, implica o acontecimento numa referência à sua própria história e percepção do ocorrido. O presente dos fatos presentes é o fato por si, a própria apresentação de um acontecimento atualizado no agora. O presente dos fatos futuros refere-se à influência no porvir, no que o acontecimento narrado pode fazer ressoar, por meio de possíveis questionamentos. A capacidade de antecipar realidades com base em expectativas apresentadas também confere um movimento de reflexão ao leitor, o qual pode por conta própria imaginar um desfecho ou processualizar o ocorrido.

Se o tempo do jornalismo é o agora, o atual, que coloca ocorrido e leitor em um mesmo cenário – para relembrar a categoria da simultaneidade –, esse presente, a todo momento, presentifica fatos passados, determinantes para a fundamentação daquilo que se apresenta como surgindo no instante atual, ainda que uma ação pareça ocorrer exclusivamente no presente. Contudo, qual passado é destacado nessa presentificação? É importante ressaltar que esse passado remonta a fatos cada vez mais imediatos e instantâneos, diz de acontecimentos que ocorrem poucas horas ou até minutos antes de ser noticiado – não há um longo passado que se distende até o presente.

Conforme explica Dalmonte (2009), quando considerada a perspectiva contratual da comunicação, na qual se valoriza “aquilo que surge agora”, pode-se, por equívoco reducionista, interpretar tal constatação como a preponderância do atualismo. Contudo, ao percebermos que a narrativa lança suas bases no passado, podemos conferir profundidade aos fatos, o que permite uma percepção mais densa do que nos é presentificado. Da mesma forma, o presente densificado pela perspectiva histórica confere ao atual também a dimensão futura, fazendo que, por meio do fato apresentado, o leitor transite do passado ao futuro, tornado próximo à medida que as expectativas dizem respeito a projeções estabelecidas pelo leitor, a partir de sua visão do agora (reconfiguração).

O acontecimento, assim, não nasce fundador, não existe exclusivamente “em si”, “por si”, a partir de uma força irruptiva imanente. Para Ricoeur (1991), não há um “em si” do acontecimento, pois a sua ontologia advém de seu pertencimento à intriga. A narração do acontecimento “se tornou constitutiva da identidade, que podemos chamar narrativa, de suas comunidades, de seus indivíduos. O acontecimento é assim qualificado retrospectivamente, ou melhor, retroativamente como fundador”⁴ (Ricoeur, 1991, tradução nossa). É no percurso da tessitura da intriga que lhe é conferido o estatuto de “fundador” pois só a partir dela é possível identificarmos o teor da ocorrência. O acontecimento, então, a partir da tripla mimese, é qualificado não apenas pela configuração, mas também pela reconfiguração.

Segundo Ricoeur (1991), é necessário ir ainda mais longe e identificar que a narrativa não se limita a integrar acontecimentos, mas qualifica como acontecimento aquilo que inicialmente não era mais do que uma simples ocorrência. A narrativa torna-se, assim, *reveladora* de acontecimentos. Dessa forma, identificamos que o agenciamento dos fatos é determinante para a articulação dos tempos, identificados, no relato jornalístico, pelo triplo presente. Essa temporalidade trina é o que permite que o acontecimento se torne inteligível, compreensível, e que o leitor se veja incluído em um plano narrativo mais amplo. A questão que se impõe nesse triplo presente diz respeito a uma narrativa que, muitas vezes, ancora-se exclusivamente no presente que não se esgota, o referencial do presentismo, conforme aparece em Hartog (2005).

⁴ “Mais pourquoi tel récit? Tels événements ? Sinon parce que leur narration est devenue constitutive de l'identité, qu'on peut appeler narrative, de ces communautés, de ces individus. L'événement est ainsi qualifié rétrospectivement ou mieux rétroactivement comme fondateur”.

3. Análise da editoria de cultura do Nexo Jornal

Para responder nossas questões relacionadas ao acionamento da memória, escolhemos inicialmente realizar uma análise da editoria de cultura do Nexo Jornal, tomando como referência 50 textos da seção Expresso, publicados ao longo do mês de julho de 2018. Sugerimos como forma de análise uma leitura interpretativa partindo dos conceitos sugeridos por Dalmonte (2009) a partir de Agostinho (2017) citados anteriormente. Sugerimos, assim, uma leitura interpretativa tendo como base a combinação de análises quantitativa e qualitativa por meio dos conceitos abordados pelos autores mencionados anteriormente.

O Nexo jornal, lançado em novembro de 2015 somente na internet, distribui seus conteúdos em nove temáticas, porém, nem todas são atualizadas diariamente. Cada tema apresenta 15 seções correspondentes ao gênero textual ou formato em que o conteúdo está disposto: *expresso, explicado, gráfico, vídeo, interativo, reportagem, entrevista, serviço, ensaio, podcast, estante, especial, externo, acadêmico e colunistas*. Essas seções modulam o formato do conteúdo nelas enquadrados.

A principal seção do jornal, *expresso*, aglutina a maior parte das publicações e estabelece o vínculo com a atualidade jornalística, com a rapidez e instantaneidade do webjornalismo, com os conteúdos “expressos”, importantes ao conhecimento do leitor. Assim, focamos nosso olhar aos textos que, enquadrados como “expresso”, sugerem temporalidades ligadas à atualização veloz do jornalismo na internet. Essa seção perpassa, igualmente, todas as outras editorias do jornal.

O objeto escolhido apresenta-se como um jornal digital “para quem busca explicações precisas e interpretações equilibradas sobre os principais fatos do Brasil e do mundo”. Ao fazer isso, o Nexo toma para si o papel de veículo jornalístico que vai explicar e interpretar os acontecimentos ao leitor, situá-lo melhor do seu entorno social. Com a intenção principal de verificar de que forma o jornalismo cultural, ilustrado por esse objeto, aciona a memória, realizamos inicialmente uma categorização partindo de Dalmonte (2009), a qual permite um olhar panorâmico sobre a temporalidade construída pelos fatos narrados e noticiados pelo jornal. A temporalidade trina – passado, presente e futuro –, conforme ensina Agostinho, é retomada e interpretada, mantendo como centro a ideia do triplo presente, a qual, aqui, entendemos como base da narrativa jornalística. Se reconhecemos que o jornalismo tem como

função principal articular o presente, qual é o presente articulado na editoria de cultura do Nexo?

Entendemos que o presente dos fatos passados refere-se a notícias que presentificam eventos que ocorreram antes do momento em que são veiculadas, vinculando-se a marcadores temporais que sinalizam sua anterioridade, tais como datas ou expressões como “ontem”, “semana passada” etc.. O presente dos fatos presentes refere-se a um evento que está ocorrendo enquanto é noticiado, ou seja, assume a dimensão do agora. O presente dos fatos futuros aponta para um evento que irá acontecer, ou seja, é capaz de antecipar, promover e criar expectativas sobre algo, colocando o leitor em um lugar de espera.

Sabemos que, a todo instante, o presente presentifica fatos passados, determinantes para a fundamentação daquilo que se apresenta como surgindo no momento atual. Contudo, desejamos identificar qual a temporalidade que os eventos noticiados acionam a partir desse presente já dado, e nem sempre esses eventos se dão no passado. É importante ressaltar que, apesar de se referir a distintas temporalidades, o jornalismo insiste em uma narrativa que opta pelo uso do tempo verbal do presente do indicativo. Dessa maneira, a partir de múltiplos efeitos que simulam e instituem um sentido de presente, buscamos identificar qual temporalidade se sobrepõe no jornalismo cultural. Para isso, observemos o gráfico a seguir:

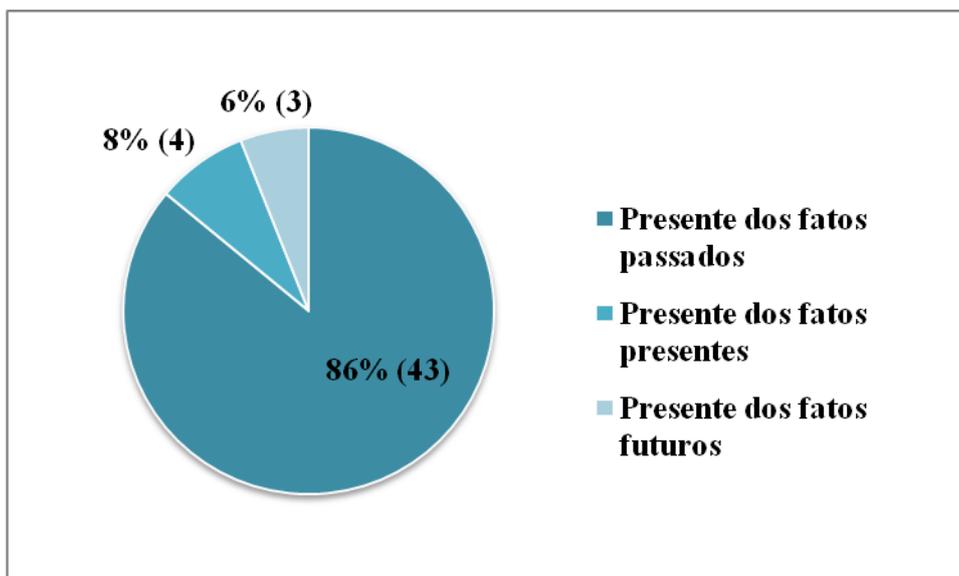


Figura 1: Números absolutos e em porcentagem de cada um dos acionamentos temporais

Identificamos que, entre as 50 notícias analisadas, 43 (86%) delas referem-se ao presente dos fatos passados, noticiando eventos que ocorreram antes ou bem antes do momento em que foram publicados no jornal. Apenas 3 (6%) indicam algo que iria ocorrer após a publicação (presente dos fatos futuros) e outras 4 (8%) algo que estava ocorrendo durante (presente dos fatos presentes). Dessa forma, para exemplificar as minorias, referem-se a um evento que vai ocorrer após a divulgação do Nexo as seguintes notícias: “A discussão sobre a regulamentação de eSports no Brasil”, publicada em 03/07, indicando que um projeto de lei irá passar pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte no dia 10/07; “A plataforma de streaming gratuita do cineasta Nicolas Winding Refn”, publicada em 12/07, a qual sinaliza o lançamento dessa plataforma para o final de julho de 2018; e “As animações políticas e reflexivas de John Morena”, publicada em 20/07, apontando para a programação do festival Anima Mundi, que iria acontecer entre os dias 21 e 29 de julho.

As quatro únicas notícias que referem-se a um evento que ocorria durante a publicação foram: “O brasileiro que reúne manuscritos históricos do mundo todo”, publicada em 03/07, sobre uma exposição em andamento na Morgan Library, nos Estados Unidos; “O movimento artístico que louvava a máquina e apagava o humano”, publicada em 19/07, indicando uma exposição que estava em cartaz e ficaria até o dia 12 de agosto; “A mente criativa de J.R.R. Tolkien em desenhos, mapas e notas”, de 26/07, em referência a uma exposição sobre o escritor que a Universidade de Oxford abriga até o dia 28 de outubro deste ano; e “5 destaques da programação da Flip 2018”, publicada no dia 27/07, sobre a Feira Literária, que ocorreu entre 25 e 29 de julho.

Tendo em vista que apenas sete notícias – quatro referentes ao presente dos fatos presentes e três ao presente dos fatos futuros – fogem de um padrão de ampla maioria, identificamos a preponderância de notícias que acionam o passado a partir de eventos que aconteceram no passado. Como exemplo, citamos os três seguintes: “Por que esta farmacêutica se tornou alvo de protestos artísticos”, publicada em 02/07, referindo-se a um evento de 22 de junho, quando o escultor Domenic Esposito depositou uma colher gigante dobrada em frente à sede da Purdue Pharma; “A adaptação de ‘Macbeth’ com elenco negro e direção de Orson Welles”, publicada em 11/07, referente a uma montagem de Shakespeare feita pelo futuro cineasta no final da década de 1930; e “A animação ‘Super Drags’. E o acesso de crianças ao tema”, publicada em 21/07, em referência à animação que estreou em maio de 2018.

O que torna, então, esse passado tão imbuído de relevância para ser noticiado no jornalismo cultural? Nas 43 notícias analisadas aqui, o passado não é um tempo que se esgota no presente, mas que cria, propõe e prospera. O passado é um tempo propositivo quando, ao ser retomado no presente, carrega extrema relevância noticiosa sobre as temáticas que aciona, orientando condutas e mobilizando discussões. Ao entendermos o presente dos fatos passados como a própria memória, marcamos a relevância duracional de uma discussão que permanece, ao ser reiteradamente acionada.

Esse passado, que deveria marcar o fim, a conclusão de um fato – algo que, em tese, iria promover um efeito de distanciamento entre o indivíduo e o mundo – ganha uma outra perspectiva quando acionado no presente, a partir de um referencial contextual que aciona a memória. Em matérias como, “As dicas de livros africanos de Barack Obama”, de 18/07, e “As fotografias feitas por Stanley Kubrick antes de se tornar cineasta”, de 24/07, percebemos que existe um enlevo dado ao contexto que é muito maior do que ao acontecimento noticiado. Por exemplo, na matéria sobre os livros indicados por Obama, o fato em si de o ex-presidente indicar livros em sua página do Facebook não protagoniza a matéria, mas o teor dos livros é discutido e criticado ao longo do texto. Na matéria sobre Kubrick, identificamos que os filmes dirigidos pelo cineasta são referencial constante, dando base para o entendimento do leitor, acionando esse repertório, ainda que ele não seja o tema principal. Dessa forma, notamos que existe um relevo dado ao contexto maior do que ao fato noticiado em si. Percebe-se que os títulos, por exemplo, não acionam eventos, acontecimentos, mas dão relevância a um caráter formativo, referente ao repertório de um leitor iniciado no campo artístico.

É válido ainda destacar que, das 50 notícias analisadas, 18 não continham verbo no título, ou seja, não existia um ocorrido específico a ser noticiado. Além da notícia sobre Obama a qual citamos anteriormente, outros exemplos sem verbo no título são: “A revista online voltada a leitores desconectados da internet”, de 06/07, “O acervo digital de uma das revistas de ciência mais antigas do Brasil”, de 07/07, e “A descoberta do objeto mais antigo com um trecho da ‘Odisseia’”, de 12/07. Se pensarmos a partir da tripla mímese, é como se não existisse o tecer da intriga, a mímese II, mas apenas um mundo pré-figurado que viria trazer contexto, pano de fundo, ou seja, a mímese I. Ao remeter exclusivamente a algo que já aconteceu, as matérias não se referem a acontecimentos que irrompem, mas configuram um caráter de formação, de envergadura.

Assim, entendemos que não é o acontecimento em si, apenas, que ganha relevância, mas a sua envergadura, aquilo que o sustenta e dá base sobre um tema: o próprio contexto. Não é a ação que irrompe e ganha cena, mas o seu potencial de contextualização, a sua capacidade de retomar o passado e acionar a memória. Dessa forma, percebemos que, aqui, em vez de marcar o fim de um ciclo, o presente dos fatos passados retoma a própria concepção histórica de um acontecimento, que, em sentido amplo, deve ser sempre revisitado, pois é a historicidade dos fatos, a partir da mimese I, que agrega sentido, atualizando o ocorrido, que pode ser noticiado, reinvestido de significados (mimese III).

Nos casos analisados aqui, identificamos que as temporalidades sugeridas por Franciscato (2005), as quais revelam a atualidade jornalística, não emergem: simultaneidade, instantaneidade, revelação pública e novidade não são características que pontuam, em princípio, o ritmo noticioso do jornalismo cultural. A periodicidade, contudo, mantém um vínculo com a atualidade, a qual, aqui, não se baseia em um presente inesgotável ou imediato. O presente pretendido pelo jornalismo cultural, pode-se dizer, não reflete o momento de um acontecimento, mas condensa uma possibilidade temporal ainda não decifrada no jornalismo: a produção de um conteúdo diacrônico. Identificamos, então, que os temas noticiados são desenvolvidos e apresentados através do tempo, por meio do tempo, sob uma dimensão processual da temporalidade jornalística.

Por meio dessa produção diacrônica, a rememoração dá forma ao contexto, contornando o acontecimento de maneira que, em alguns casos, chegue a sobrepô-lo. Percebemos isso, por exemplo, na notícia “Este museu vendeu obras de brancos e comprou de negros e mulheres”, de 04/07, que, apesar de mencionar um leilão que rendeu US\$8 milhões ao Sotheby’s de Nova York, dedica ao peso das obras e dos artistas citados muito mais visibilidade por meio de imagens e explicações. Assim, o passado rememorado pelo histórico das obras ganha mais destaque do que o evento do leilão em si. O momento que “deveria” ser da apresentação, ou revelação pública, abre espaço para um pano de fundo que o circunda, dotado de cor e profundidade.

Identificamos, então, que há um sentido de passado presentificado que articula historicamente o contexto nas matérias, dando mais enlevo ao *background* do que ao *foreground*, para retomar as palavras de Zelizer (2014). No jornalismo cultural, o passado é convocado constantemente para que se entenda o presente, e essa relação é valiosa pois entendemos que, sim, é preciso convidar e retomar sempre mais o passado para que se

entenda realmente o que move o presente. Se, para Zelizer (2014), o *background* é a própria memória acionada, compreendemos que na editoria de cultura encontramos um espaço de resistência ao presentismo (Hartog, 2005) e de reverência à rememoração.

Para além disso, reconhecemos que nas *hard news* o presente está, também, sempre para além do fato apresentado. Contudo, o foco das narrativas não remete ao passado nem se prolonga no futuro: mantém-se com enorme incidência no referencial do presente dos fatos presentes, remetendo à simultaneidade e à imediaticidade dos acontecimentos. Notamos, então, que o presente, no jornalismo cultural, vai recorrentemente estar além do fato que se desdobra aqui e agora – conforme noticiado factualmente – mas tende a requerer, demandar e acionar o passado para ser entendido.

4. Considerações finais

Percebemos que o passado incide majoritariamente no jornalismo cultural como resposta a uma espécie de coerção acontecimental relativa à instantaneidade contemporânea, em que tudo vira um evento pronto para o consumo. Sobre a relevância contextual, consideramos que, a partir dela, o jornalismo cultural consegue fazer emergir o pano de fundo de um determinado evento, demandando tempo para reflexões mais profundas ou investigações sobre assuntos específicos – relembrando que o jornalismo cultural também pode ser investigativo. Essa temporalidade que permite a contextualização remete à consolidação de um repertório tanto por parte de quem escreve quanto de quem lê.

Dentre as diversas maneiras de oferecer contexto encontradas nas matérias, identificamos que o que todas essas histórias contextuais compartilham é um esforço em oferecer uma análise que vai além de responder as perguntas mais comuns – quem? O quê? Quando? Onde? – relativas a um evento recente. No âmbito da narrativa acontecimental – a qual enfatiza exclusivamente o acontecimento em si – a explicação avança pouco além da mera apresentação das causas. Os eventos tendem a ser alinhados por uma proximidade temporal e espacial, mas não a partir de uma explicação de conjuntura. O acontecimento, em uma singularidade de fatos, tende a ser o limite do que é narrado, e nesse limite o que prevalece é uma aparente ideia de acaso, de algo que irrompe sem causa.

O acontecimento, assim, não nasce fundador do evento, e isso ficou mais nítido a partir das matérias analisadas. Tendo em vista que o contexto se sobressai, percebemos que, na editoria de cultura, o acontecimento não irrompe, ele é identificado a partir de algum

mundo pré-figurado que configura a leitura. A reutilização de um conteúdo – relativo a um evento que ocorreu há muito tempo – para narrar algo que ocorre no presente reivindica a autoridade jornalística de poder enfatizar o significado histórico de um determinado acontecimento. Sendo assim, entendemos que ao reutilizar esse passado contextualmente, como evidência histórica, o contexto torna-se evidência de historicidade e de memória. O jornalismo cultural, dessa maneira, por dar relevância ao passado, amplia consideravelmente as capacidades de explicar, analisar e interpretar.

Ao privilegiar a efeméride em seis textos ao longo de um mês, o Nexo coloca-se como um arquivo no qual os jornalistas podem republicar textos e fotos anteriores, consolidando um significado duradouro sobre essas temáticas. Ao agir dessa forma, eles não apenas revisitam o passado, mas o reformulam. Essa reformulação contextualiza o passado dentro do presente e o presente dentro do passado, criando uma narrativa de memória. Nas efemérides, as camadas temporais se sobrepõem entre passado e presente, assim, o passado é contemporâneo do presente que ele foi. Contudo, o que retorna nesse tipo de matéria deriva de um crescente conteúdo que igualmente se sobrepõe, ou seja: há um acúmulo de informações que se dá também pelo acúmulo temporal, de memórias que se justapõem e consolidam uma determinada efeméride.

Nesta visão, esse jornalismo que rememora é uma criação dialógica de jornalistas e leitores, que juntos constroem memória coletiva compartilhada com base na passagem do tempo; e a efeméride também vai ganhando forma e conteúdo com o avançar dos anos. Essas formas de acionar a memória, relativas ao contexto, à diacronia e à efeméride levam, em muitos casos, a uma dimensão atemporal de construção da noticiabilidade. Apesar de se destacar como um nativo digital, o caráter colecionável – comum entre as publicações impressas de cultura – se mantém no Nexo Jornal pela sua atemporalidade noticiosa na editoria de cultura.

O que até então compreendemos é que essas referências ao passado permitem aos leitores um entendimento melhor do presente ao construir conexões, sugerir inferências, oferecer analogias e fornecer explicações. A partir desse deslocamento temporal do presente, ao acionar uma temporalidade distinta da convencionalmente retratada pelo jornalismo factual, percebemos então uma distinção na construção da ideia de acontecimento no jornalismo cultural.

Referências

Agostinho, S. (2017). *Confissões*. São Paulo: Penguin.

Arquembourg, J. (2005). Entre fato e sentido: contar o acontecimento. *Trajectos*. n. 6. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Barnhurst, K. (2011). The problem of modern time in journalism. *KronoScope*, v.11 (1-2), p. 98-123.

Dalmonete, E. (2009). *Pensar o discurso no webjornalismo: temporalidade, paratexto e comunidades de experiência*. Salvador: Edufba.

Franciscato, C. (2005). *A Fabricação do Presente*. Aracaju: Ufs.

Garcin-Marrou, I. (1996). L'événement dan l'information sur l'Irlande du Nord. *Réseaux*, Paris, n.76, p. 47-60.

Hartog, F. (2005). *Time and heritage*. Museum International, Paris, v. 57, pp. 7-18.

Ricoeur, P. (1991). *L'événement et sens. Raisons pratiques*, n. 2, pp. 41-56.

_____ (2010). *Tempo e narrativa* (vol. I). São Paulo: WMF Martins Fontes.

Tétu, J. (2000). *La temporalité des récits d'information*. In : Vitallis et al. (Dir.), Médias, temporalités et démocratie (pp. 91-108). Rennes: Apogée.

Tuchman, G. (1993). A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas, In: Nelson Traquina (Org.), *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"* (pp. 61-73). Lisboa: Vega.

Zelizer, B. (2014). Memory as foreground, journalism as background. In: *Barbie Zelizer & Keren Tenenboim-Weinblatt* (eds), *Journalism and Memory* (pp. 32-49). London: Palgrave Macmillan.